

# SUMÁRIO

*Nota à 9ª edição, 23*  
*Nota à 8ª edição, 24*  
*Nota à 7ª edição, 25*  
*Nota à 6ª edição, 26*  
*Nota à 5ª edição, 27*  
*Nota à 4ª edição, 28*  
*Nota à 3ª edição, 29*  
*Nota à 2ª edição, 30*  
*Prefácio à 1ª edição, 31*

## 1 DIREITO CONSTITUCIONAL, 33

- ① Constitucionalismo, 33
- \*② Conceito de constituição, 34
- \*③ Classificação das constituições, 35
  - 3.1 Quadro geral, 35
  - 3.2 Quanto ao conteúdo: constituições materiais, ou substanciais, e formais, 35
  - 3.3 Quanto à forma: constituições escritas e não escritas, 36
  - 3.4 Quanto ao modo de elaboração: constituições dogmáticas e históricas, 36
  - 3.5 Quanto à origem: constituições promulgadas (democráticas, populares) e outorgadas, 37
  - 3.6 Quanto à estabilidade: constituições imutáveis, rígidas, flexíveis e semi-rígidas, 37
  - 3.7 Quanto à sua extensão e finalidade: constituições analíticas (dirigentes) e sintéticas (negativas, garantias), 38
  - 3.8 Constituição Federal de 1988, 38
  - 3.9 Outras classificações, 38
- ④ Aplicabilidade das normas constitucionais, 39
  - 4.1 Normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada, 39
  - 4.2 Normas constitucionais com eficácia absoluta, plena, relativa restringível e relativa complementável ou dependentes de complementação, 39
  - 4.3 Normas programáticas, 41
- 5 Interpretação das normas constitucionais, 41
  - 5.1 Interpretação conforme a Constituição, 43
  - 5.2 Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto, 45
- 6 Preâmbulo constitucional, 46

- 7 Fundamentos da República Federativa do Brasil, 48
- 8 Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, 49
- 9 Princípios de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil, 50
  - 9.1 Asilo político, 50

**2 PODER CONSTITUINTE, 52**

- 1 Conceito e finalidade, 52
- 2) Titularidade do poder constituinte, 52
- 3) Espécies de poder constituinte, 53
- 4) Poder constituinte originário, 53
  - 4.1 Conceito, 53
  - 4.2 Formas de expressão do poder constituinte originário, 53
  - 4.3 Características do poder constituinte originário, 54
- 5) Poder constituinte derivado, 54
  - 5.1 Conceito e características, 54
  - 5.2 Espécies de poder constituinte derivado, 55

**3 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, 56**

- 1 Finalidade. Direitos fundamentais como direitos de defesa, 56
  - 1.1 Classificação dos direitos fundamentais, 57
- 2 Natureza jurídica das normas que disciplinam os direitos e garantias fundamentais, 58
  - 2.1 Relatividade dos direitos e garantias individuais e coletivos, 58
- 3 Direitos e garantias individuais, 59
  - 3.1 Diferenciação entre direitos e garantias individuais, 59
  - 3.2 Direitos fundamentais e garantias institucionais, 60
- 4 Destinatários da proteção, 60
- 5 Direito à vida, 61
- 6 Princípio da igualdade, 62
  - 6.1 Princípio da igualdade e limitação de idade em concurso público, 64
  - 6.2 Tratamento isonômico entre homens e mulheres (art. 5º, I), 65
    - 6.2.1 Critérios de admissão para concurso público, 65
    - 6.2.2 Critérios para admissão de emprego, 65
    - 6.2.3 Constitucionalidade da prerrogativa do foro em favor da mulher e sua aplicação tanto para a ação de separação judicial quanto para a de divórcio direto, 65
- 7 Princípio da legalidade, 67
  - 7.1 Princípios da legalidade e da reserva legal, 67
- 8 Tratamento constitucional da tortura (art. 5º, III e XLIII), 69
- 9 Liberdade de pensamento, direito de resposta e responsabilidade por dano material, moral ou à imagem (art. 5º, IV e V), 69
- 10 Liberdade de consciência, crença religiosa, convicção filosófica ou política e escusa de consciência (art. 5º, VI e VIII), 70
  - 10.1 Liberdade religiosa e Estado laico ou leigo, 71
  - 10.2 Escusa de consciência e serviço militar obrigatório, 72
- 11 Expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, IX), 72
- 12 Inviolabilidade à intimidade, vida privada, honra e imagem, 73
- 13 Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI), 74
  - 13.1 Questão do dia e da noite, 75
  - 13.2 Violação de domicílio por decisão administrativa ou parlamentar. Impossibilidade – cláusula de reserva jurisdicional, 76

- 13.3 Inviolabilidade domiciliar e fisco, 77
- 14 Sigilo de correspondência e de comunicação (art. 5º, XII), 78
  - 14.1 Possibilidade de interceptação telefônica, 78
  - 14.2 Lei nº 9.296, de 24-7-1996 – Interceptações telefônicas, 79
  - 14.3 Gravação clandestina, 81
- 15 Inviolabilidade de dados (art. 5º, X e XII): sigilo bancário e fiscal, 83
  - 15.1 Inviolabilidade constitucional da privacidade e do sigilo de dados, 83
  - 15.2 Legislação sobre sigilo bancário, 85
    - 15.2.1 Introdução, 85
    - 15.2.2 Requisitos para a quebra do sigilo bancário, 86
  - 15.3 Legislação sobre sigilo fiscal, 86
    - 15.3.1 Introdução, 86
    - 15.3.2 Requisitos para a quebra do sigilo fiscal, 87
  - 15.4 Possibilidade de quebra do sigilo por parte do Ministério Público, 88
  - 15.5 Supremo Tribunal Federal: sigilo/Ministério Público, 89
  - 15.6 Inviolabilidade à intimidade e sigilo de dados como cláusulas péticas da Constituição Federal, 90
  - 15.7 Comissão Parlamentar de Inquérito e sigilo, 91
  - 15.8 Observações finais sobre a garantia do sigilo, 92
- 16 Direito de reunião (art. 5º, XVI), 93
  - 16.1 Desnecessidade de autorização da autoridade pública e interferência da polícia, 94
  - 16.2 Tutela do direito de reunião, 95
- 17 Direito de associação (art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI), 95
  - 17.1 Finalidade lícita, 95
  - 17.2 Caráter paramilitar, 95
  - 17.3 Vedação de interferência estatal, 95
  - 17.4 Conteúdo do direito de associação, 96
  - 17.5 Dissolução das associações, 96
  - 17.6 Representação dos associados, 97
- 18 Apreciação de lesão ou ameaça de direito pelo poder judiciário (art. 5º, XXXV), 97
  - 18.1 Inexistência da jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, 98
  - 18.2 Acesso ao Judiciário e à justiça desportiva, 98
  - 18.3 Inexistência da obrigatoriedade de duplo grau de jurisdição, 98
- 19 Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada (art. 5º, XXXVI), 99
  - 19.1 Previdência Social e direitos adquiridos, 101
- 20 Princípio do juiz natural (art. 5º, XXXVII e LIII), 102
  - 20.1 Justiças especializadas e tribunais de exceção, 103
  - 20.2 Tribunais de ética e tribunais de exceção, 103
- 21 Tribunal do júri (art. 5º, XXXVIII), 103
  - 21.1 Plenitude de defesa, 104
  - 21.2 Sigilo de votações, 104
  - 21.3 Soberania dos veredictos e possibilidade de apelação, 104
  - 21.4 Competência constitucional do Tribunal de Júri, 105
- 22 Extradicação (art. 5º, LI e LII), 107
  - 22.1 Hipóteses constitucionais para a extradicação, 108
  - 22.2 Requisitos infraconstitucionais para a extradicação, 109
  - 22.3 Procedimento e decisão, 111
  - 22.4 Prisão preventiva por extradicação, 112
  - 22.5 Atuação do judiciário na extradicação, 113
  - 22.6 Extradicação, princípio da especialidade e pedido de extensão, 113

- 22.7 Extradicação e expulsão, 114
- 22.8 Possibilidade de extradicação ou expulsão de pessoa casada com brasileiros ou com filhos brasileiros, 116
- 22.9 Extradicação e deportação, 116
- 22.10 Expulsão e deportação de brasileiros, 116
- 22.11 Desnecessidade de comutação da pena de prisão perpétua, 117
- 23 Devido processo legal, contraditório e ampla defesa (art. 5º, LIV e LV), 117
  - 23.1 Inquérito policial e contraditório, 118
- 24 Provas ilícitas (art. 5º, LVI), 118
  - 24.1 Provas derivadas das provas ilícitas, 121
  - 24.2 Convalidação de provas obtidas por meios ilícitos com a finalidade de defesa das liberdades públicas fundamentais (legítima defesa), 123
  - 24.3 Princípios da publicidade e moralidade administrativa e provas ilícitas, 125
- 25 Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII), 126
- 26 Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIV), 127
- 27 Prisão civil, 128
- 28 Rol exemplificativo, 129

#### 4 TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES, 131

- 1 *Habeas corpus*, 131
  - 1.1 Origem, 131
  - 1.2 Conceito e finalidade, 132
  - 1.3 Natureza jurídica, 134
  - 1.4 Legitimidade ativa, 134
  - 1.5 Legitimidade passiva, 136
  - 1.6 Hipóteses e espécies, 137
    - 1.6.1 *Habeas corpus* preventivo (salvo-conduto), 137
    - 1.6.2 *Habeas corpus* liberatório ou repressivo, 137
    - 1.6.3 Liminar em *habeas corpus*, 137
  - 1.7 Possibilidade de supressão, 138
  - 1.8 *Habeas corpus* e assistente, 138
  - 1.9 Excesso de prazo, 138
  - 1.10 *Habeas corpus* impetrado contra coação ilegal atribuída à Turma do Supremo Tribunal Federal, 139
  - 1.11 *Habeas corpus* contra ato único ou colegiado de tribunais regionais federais ou estaduais, 139
  - 1.12 *Habeas corpus* contra ato ilegal imputado a promotor de justiça, 142
  - 1.13 *Habeas corpus* contra ato da Turma Recursal nos Juizados Especiais Criminais, 142
  - 1.14 *Habeas corpus* contra ato do juiz especial nos Juizados Especiais Criminais, 143
  - 1.15 *Habeas corpus* e recursos ordinários – concomitância, 143
  - 1.16 *Habeas corpus* – substituição de recurso ordinário constitucional prevista para denegação da ordem – viabilidade, 144
  - 1.17 *Habeas corpus* e punições disciplinares militares, 145
  - 1.18 Empate no *habeas corpus*, 145
- 2 *Habeas data*, 146
  - 2.1 Conceito, 146
  - 2.2 Natureza jurídica, 146
  - 2.3 Finalidade, 146
  - 2.4 Cabimento, 147
  - 2.5 Legitimação ativa, 149
  - 2.6 Legitimação passiva, 150

- 2.7 Procedimento (Lei nº 9.507/97), 150
- 2.8 Direito ao conhecimento e à retificação, 152
- 2.9 Competência, 153
- 2.10 *Habeas data* e dados sigilosos, 154
- 3 Mandado de segurança, 156
  - 3.1 Conceito e finalidade, 156
  - 3.2 Espécies, 156
  - 3.3 Natureza jurídica, 157
  - 3.4 Cabimento do mandado de segurança, 157
  - 3.5 Conceito de direito líquido e certo, 159
  - 3.6 Legitimação ativa – impetrante, 159
  - 3.7 Legitimação passiva – impetrado, 161
  - 3.8 Prazo para impetração do mandado de segurança, 162
  - 3.9 Competência, 163
  - 3.10 Competência do mandado de segurança contra atos e omissões de tribunais, 163
  - 3.11 Mandado de segurança e liminares, 164
- 4 Mandado de segurança coletivo, 166
  - 4.1 Conceito, 166
  - 4.2 Finalidade, 166
  - 4.3 Objeto, 166
  - 4.4 Legitimação ativa e passiva, 167
  - 4.5 Beneficiários, 170
  - 4.6 Mandado de segurança coletivo e individual, 171
- 5 Mandado de injunção, 171
  - 5.1 Histórico, 171
  - 5.2 Conceito, 172
  - 5.3 Objeto do mandado de injunção, 172
  - 5.4 Requisitos, 174
  - 5.5 Legitimidade ativa, 174
  - 5.6 Legitimidade passiva, 174
  - 5.7 Procedimento, 175
  - 5.8 Competência, 175
  - 5.9 Decisão e efeitos do mandado de injunção, 177
- 6 Direito de petição, 181
  - 6.1 Histórico e conceito, 181
  - 6.2 Natureza, 182
  - 6.3 Legitimidade ativa e passiva, 182
  - 6.4 Finalidade, 182
- 7 Ação popular, 183
  - 7.1 Conceito, 183
  - 7.2 Finalidade, 183
  - 7.3 Requisitos, 184
  - 7.4 Objeto, 184
  - 7.5 Legitimação ativa, 185
  - 7.6 Legitimação passiva, 186
  - 7.7 Natureza da decisão, 186
  - 7.8 Competência, 187
  - 7.9 Sentença e coisa julgada, 187
- 8 Texto integral dos direitos e garantias individuais da Constituição Federal de 1988, 188

5 DIREITOS SOCIAIS, 193

- 1 Conceito e abrangência, 193
- 2 Direito à segurança no emprego, 194
- 3 Rol dos direitos sociais, 195
- 4 Liberdade de associação profissional ou sindical, 198
  - 4.1 Conceituação, 198
  - 4.2 Classificação dos direitos sindicais, 198
  - 4.3 Contribuições confederativa e sindical – diferenças e exigibilidade, 200
- 5 Direito de greve, 201

6 DIREITO DE NACIONALIDADE, 204

- 1 Conceito, 204
- 2 Definições relacionadas à matéria, 204
- 3 Espécies de nacionalidade, 205
- 4 Brasileiros natos, 205
  - 4.1 Critérios de atribuição de nacionalidade originária, 205
- 5 Hipóteses de aquisição originária, 206
  - 5.1 Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, 206
  - 5.2 Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, 207
  - 5.3 Nacionalidade potestativa: os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, 208
  - 5.4 Opção, 209
  - 5.5 Hipótese suprimida pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 7-6-1994 – *ius sanguinis* + registro, 210
- 6 Brasileiro naturalizado, 211
  - 6.1 Espécies de naturalização, 211
    - 6.1.1 Naturalização tácita ou grande naturalização, 211
    - 6.1.2 Naturalização expressa, 212
  - 6.2 Radicação precoce e curso superior, 215
- 7 Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado, 216
  - 7.1 Brasileiro nato e naturalizado – diferenças, 217
  - 7.2 Cargos, 217
  - 7.3 Função, 218
  - 7.4 Extradicação, 218
  - 7.5 Direito de propriedade/manifestação de pensamento/informação, 218
- 8 Perda do direito de nacionalidade, 219
  - 8.1 Ação de cancelamento de naturalização, 219
  - 8.2 Naturalização voluntária, 220
    - 8.2.1 Regra constitucional, 220
    - 8.2.2 Exceções constitucionais, 221

7 DIREITOS POLÍTICOS, 222

- 1 Conceito, 222
- 2 Direitos políticos, 222
- 3 Núcleo dos direitos políticos – direito de sufrágio, 223
  - 3.1 Conceituação, 223
  - 3.2 Classificação, 224
- 4 Capacidade eleitoral ativa, 224
- 5 Direito de voto, 225

- 5.1 Natureza do voto, 225
  - 5.2 Caracteres do voto, 225
  - 6 Plebiscito e referendo: exercício do direito de voto, 227
  - 7 Elegibilidade, 227
    - 7.1 Conceito, 227
    - 7.2 Condições, 227
  - 8 Direitos políticos negativos, 229
    - 8.1 Conceito, 229
    - 8.2 Inelegibilidades, 229
    - 8.3 Quadro de inelegibilidades, 230
    - 8.4 Inelegibilidade absoluta, 230
    - 8.5 Inelegibilidade relativa, 230
      - 8.5.1 Por motivos funcionais, 231
      - 8.5.2 Por motivos de casamento, parentesco ou afinidade, 240
        - 8.5.2.1 Inelegibilidade reflexa e renúncia do detentor de mandato executivo, 242
      - 8.5.3 Militar, 243
      - 8.5.4 Previsões de ordem legal, 243
  - + 9 Privação dos direitos políticos, 244
    - 9.1 Perda, 245
      - 9.1.1 Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional (CF, art. 12, § 4º), 245
      - 9.1.2 Escusa de consciência, 245
      - 9.1.3 Outros casos de perda, 246
    - 9.2 Suspensão, 246
      - 9.2.1 Incapacidade civil absoluta, 247
      - 9.2.2 Condenação criminal com trânsito em julgado enquanto durarem seus efeitos, 247
      - 9.2.3 Improbidade administrativa, 252
  - 10 Partidos políticos, 252
  - 11 Língua e símbolos oficiais, 253
- 8 ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, 255
- 1 Regras de organização, 255
    - 1.1 Adoção da federação, 255
    - 1.2 Princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, 256
    - 1.3 Capital Federal, 257
    - 1.4 União, 258
    - 1.5 Estados-membros, 259
      - 1.5.1 Autonomia estadual, 259
      - 1.5.2 Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, 262
    - 1.6 Municípios, 262
      - 1.6.1 Lei orgânica municipal, 263
      - 1.6.2 Prefeito municipal – responsabilidade criminal e política, 265
      - 1.6.3 Vereadores – imunidade material, 269
    - 1.7 Distrito Federal, 270
    - 1.8 Territórios, 271
    - 1.9 Formação dos Estados, 271
      - 1.9.1 Fusão (incorporação entre si), 272
      - 1.9.2 Subdivisão, 272
      - 1.9.3 Desmembramento, 273

- 1.10 Formação de municípios, 273
- 1.11 Vedações constitucionais de natureza federativa, 274
- 2 Repartição de competências, 276
  - 2.1 Conceito, 276
  - 2.2 Princípio básico para a distribuição de competências – predominância do interesse, 276
  - 2.3 Repartição em matéria administrativa, 277
    - 2.3.1 Quadro geral, 277
    - 2.3.2 Competências administrativas da União, 277
    - 2.3.3 Competências administrativas dos Estados-membros, 279
    - 2.3.4 Competências administrativas dos municípios, 279
    - 2.3.5 Competências administrativas do Distrito Federal, 280
    - 2.3.6 Competência administrativa comum, 280
  - 2.4 Repartição em matéria legislativa, 281
    - 2.4.1 Quadro geral de repartição de competência legislativa, 281
- 3 Intervenção, 292
  - 3.1 Parte geral, 292
  - 3.2 Intervenção federal, 294
    - 3.2.1 Quadro geral, 294
    - 3.2.2 Hipóteses, 294
    - 3.2.3 Procedimento de intervenção federal, 295
  - 3.3 Intervenção estadual nos municípios, 298
- 9 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 299
  - 1 Conceito, 299
  - 2 Princípios constitucionais da administração pública, 300
    - 2.1 Princípio da legalidade, 300
    - 2.2 Princípio da impessoalidade, 300
    - 2.3 Princípio da moralidade, 301
    - 2.4 Princípio da publicidade, 303
    - 2.5 Princípio da eficiência, 303
      - 2.5.1 Introdução, 303
      - 2.5.2 Princípio da eficiência e direito comparado, 304
      - 2.5.3 Conceito, 305
      - 2.5.4 Características do princípio da eficiência, 307
      - 2.5.5 Aplicabilidade e fiscalização, 310
  - 3 Preceitos de observância obrigatória a administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, 312
    - 3.1 Fixação do teto salarial do funcionalismo, 315
  - 4 Concurso público, 316
  - 5 Direitos sociais dos servidores públicos civis (livre associação sindical e greve), 320
  - 6 Servidor público e data-base – princípio da periodicidade, 323
  - 7 Cumulação de vencimentos no setor público, 324
  - 8 Licitação: interpretação de acordo com a finalidade constitucional, 326
    - 8.1 Da necessidade da licitação, 326
    - 8.2 Das hipóteses excepcionais de ausência de licitação, 327
    - 8.3 Da dispensa da licitação, 328
    - 8.4 Da inexigibilidade da licitação, 328
    - 8.5 Conclusão, 329
  - 9 Publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, 329



- 10 Improbidade administrativa, 332
- 11 Ação civil pública por ato de improbidade, 333
- 12 Responsabilidade civil objetiva do poder público, 335
  - 12.1 Responsabilidade civil do poder público por danos causados a alunos no recinto de estabelecimento oficial de ensino, 337
- 13 Servidor público e mandato eletivo, 338
- 14 Sistema remuneratório do servidor público, 338
- 15 Regra geral de aposentadoria do servidor público civil, 340
  - 15.1 Regra de transição de aposentadoria voluntária integral e proporcional, 342
    - 15.1.1 Regra de transição e magistrados, membros do Ministério Público e Tribunal de Contas, 344
    - 15.1.2 Regra de transição para professor, 344
  - 15.2 Regime de previdência complementar no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, 344
  - 15.3 Emenda Constitucional nº 20/98 e o respeito aos direitos adquiridos, 345
- 16 Estabilidade do servidor público civil, 346
- 17 Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, 348
- 18 Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e cargo público civil, 349
  - 18.1 Cargo público civil permanente, 349
  - 18.2 Cargo, emprego ou função pública temporária, 350
- 19 Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e Direitos Sociais, 350
- 20 Emenda Constitucional nº 19/98 e respeito aos direitos adquiridos, 351

## 10 ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 358

- 1 Separação das funções estatais – limitação do poder e garantia dos direitos fundamentais, 358
  - 1.1 Introdução, 358
  - 1.2 Funções estatais, imunidades e garantias em face do princípio da igualdade, 359
  - 1.3 Funções estatais: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário e Ministério Público, 362
  - 1.4 Conclusão inicial, 363
- 2 Poder legislativo, 364
  - 2.1 Funções, 364
  - 2.2 Congresso Nacional, 364
  - 2.3 Câmara dos Deputados, 367
    - 2.3.1 Suplência e permanência no partido, 368
  - 2.4 Senado Federal, 368
  - 2.5 Função típica – fiscalização. Comissões parlamentares de inquérito, 370
    - 2.5.1 Limitações constitucionais às Comissões Parlamentares de Inquérito, 371
  - 2.6 Tribunal de Contas, 379
    - 2.6.1 Conceito, funções e finalidades, 379
    - 2.6.2 Tribunal de Contas – escolha pelo Presidente da República (1/3), 380
    - 2.6.3 Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais, 381
    - 2.6.4 Tribunal de Contas e rejeição de contas do Chefe do Poder Executivo, 383
  - 2.7 Estatuto dos congressistas, 383
    - 2.7.1 Introdução, 383
    - 2.7.2 Finalidade democrática, 384
    - 2.7.3 Histórico, 384

- 2.7.4 Conceito de imunidades, 388
- 2.7.5 Imunidades materiais, 388
- 2.7.6 Imunidade formal – definição histórica, 392
- 2.7.7 Imunidade formal em relação à prisão, 393
- 2.7.8 Imunidade formal em relação ao processo, 394
- 2.7.9 Prerrogativa de foro em razão da função, 399
- 2.7.10 Vencimentos dos parlamentares, 401
- 2.7.11 Deputados Federais/Senadores da República e Forças Armadas, 402
- 2.7.12 Parlamentar e obrigação de testemunhar, 402
- 2.7.13 Irrenunciabilidade das imunidades, 402
- 2.7.14 Imunidades e Parlamentar licenciado para exercício de cargo executivo (Ministro de Estado, Secretário de Estado), 403
- 2.7.15 Incompatibilidades, 403
- 2.7.16 Perda do mandato, 404
- 2.7.17 Conclusão, 406
- 3 Poder executivo, 408
  - 3.1 Estrutura do Poder Executivo, 409
    - 3.1.1 Chefe de Estado e Chefe de Governo, 409
    - 3.1.2 Modo de investidura e posse no cargo de Presidente da República, 409
    - 3.1.3 Vacância da Presidência da República, 411
    - 3.1.4 Atribuições do Presidente da República, 412
    - 3.1.5 Vice-presidente da República, 414
    - 3.1.6 Órgãos auxiliares do Presidente da República. Ministros. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional, 414
  - 3.2 Responsabilidade do Presidente da República: prerrogativas e imunidades do Presidente da República, 416
    - 3.2.1 Crimes de responsabilidade, 417
    - 3.2.2 Crimes comuns, 428
- 4 Poder judiciário, 433
  - 4.1 Conceito, 433
  - 4.2 Quadro de organização estrutural, 435
  - 4.3 Funções típicas e atípicas, 435
  - 4.4 Garantias do Poder Judiciário, 436
    - 4.4.1 Garantias institucionais, 437
    - 4.4.2 Garantias aos membros, 439
    - 4.4.3 Independência do Poder Judiciário e controle externo, 441
    - 4.4.4 Supremo Tribunal Federal e controle externo do Poder Judiciário, 443
  - 4.5 Organização do Poder Judiciário, 445
    - 4.5.1 Fixação de subsídios do Poder Judiciário, 446
  - 4.6 Escolha dos membros dos Tribunais Superiores, 447
    - 4.6.1 Supremo Tribunal Federal (art. 101 da CF), 447
    - 4.6.2 Superior Tribunal de Justiça (art. 104 da CF), 448
    - 4.6.3 Tribunal Superior Eleitoral (art. 118 da CF), 449
    - 4.6.4 Tribunal Superior do Trabalho (art. 111 da CF), 450
    - 4.6.5 Superior Tribunal Militar (art. 123 da CF), 450
  - 4.7 Distribuição de competências jurisdicionais, 451
    - 4.7.1 Supremo Tribunal Federal, 451
    - 4.7.2 Superior Tribunal de Justiça, 460
    - 4.7.3 Justiça do Trabalho, 463
    - 4.7.4 Justiça Eleitoral, 466
    - 4.7.5 Justiça Militar, 466

- 4.7.6 Justiça Federal, 467
- 4.7.7 Justiça Estadual, 469
- 4.7.8 Composição dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios: REGRA DO “QUINTO CONSTITUCIONAL”, 469
- 4.8 Quadro de competência para julgamento de autoridades da República (os artigos referem-se à Constituição Federal), 470
- 5 Ministério Público, 473
  - 5.1 Histórico, 473
  - 5.2 Origem e desenvolvimento no Brasil, 474
  - 5.3 Posicionamento constitucional, 478
  - 5.4 Conceito, 479
  - 5.5 Princípios do Ministério Público, 479
    - 5.5.1 Unidade, 480
    - 5.5.2 Indivisibilidade, 480
    - 5.5.3 Princípio da independência ou autonomia funcional, 480
    - 5.5.4 Princípio do promotor natural, 481
  - 5.6 Funções, 482
  - 5.7 Ministério Público e legitimidade para defesa do patrimônio público e zelo dos direitos constitucionais do cidadão, 484
  - 5.8 Garantias do Ministério Público, 486
    - 5.8.1 Garantias da instituição, 487
    - 5.8.2 Garantias dos membros, 491
  - 5.9 Vedações constitucionais, 492
  - 5.10 Exercício da política partidária, salvo as exceções previstas em lei, 493
  - 5.11 Da impossibilidade de supressão ou alteração das funções, garantias e prerrogativas constitucionais do Ministério Público, 495
  - 5.12 Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, 500
- 6 Advocacia pública, 502
- 7 Advocacia, 503
  - 7.1 Indispensabilidade do advogado, 503
  - 7.2 Imunidade do advogado, 504
- 8 Defensoria pública, 505
- 9 Questões processuais – foro privilegiado: aplicabilidade da Lei nº 9.099/95 às infrações penais cometidas por autoridades com foro privilegiado, 505
  - 9.1 Representação nos crimes de lesão corporal dolosa de natureza leve e lesão corporal culposa e suspensão condicional do processo, 505
  - 9.2 Suspensão condicional do processo, 507
  - 9.3 Juizados Especiais na Justiça Federal, 508
- 11 PROCESSO LEGISLATIVO, 509
  - 1 Conceito, 509
  - 2 Noções gerais, 510
    - 2.1 Conceitos iniciais, 510
    - 2.2 Processos legislativos, 511
      - 2.2.1 Classificação em relação às formas de organização política, 511
      - 2.2.2 Classificação em relação à seqüência das fases procedimentais, 512
  - 3 Processo legislativo ordinário, 512
    - 3.1 Fase introdutória, 513
      - 3.1.1 Iniciativa de lei do poder judiciário, 513
      - 3.1.2 Iniciativa privativa do Presidente da República – art. 61, 514

- 3.1.3 Emenda que aumenta a despesa em projeto de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, 515
- 3.1.4 Vício de iniciativa e sanção, 516
- 3.1.5 Iniciativa de lei do Ministério Público, 516
- 3.1.6 Iniciativa popular de lei, 517
- 3.1.7 Iniciativa conjunta de lei para fixação de subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (teto salarial), 518
- 3.2 Fase constitutiva, 518
  - 3.2.1 Deliberação parlamentar, 518
  - 3.2.2 Deliberação executiva, 522
- 3.3 Fase complementar, 525
  - 3.3.1 Promulgação, 525
  - 3.3.2 Publicação, 525
- 4 Espécies normativas, 526
  - 4.1 Emendas constitucionais, 526
    - 4.1.1 Quadro geral sobre limitações ao poder reformador, 528
    - 4.1.2 Limitações expressas, 528
    - 4.1.3 Limitações implícitas, 531
  - 4.2 Lei complementar, 532
    - 4.2.1 Lei complementar e lei ordinária – diferenças, 532
    - 4.2.2 Processo legislativo especial da lei complementar, 533
    - 4.2.3 Hierarquia – lei complementar e lei ordinária, 533
  - 4.3 Medidas provisórias, 534
    - 4.3.1 Procedimento da medida provisória – aprovação integral, 535
    - 4.3.2 Aprovação da medida provisória pelo Congresso Nacional com alterações, 536
    - 4.3.3 Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional, 537
    - 4.3.4 Rejeição tácita da medida provisória não deliberada no prazo de 30 dias pelo Congresso Nacional, 537
    - 4.3.5 Impossibilidade de o Presidente da República retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória já editada, 538
    - 4.3.6 Medida provisória e lei anterior que trate do mesmo assunto, 539
    - 4.3.7 Efeitos e disciplina no caso de rejeição da medida provisória, 539
    - 4.3.8 Medidas provisórias e controle de constitucionalidade, 539
    - 4.3.9 Estados-membros e municípios – possibilidade de edição de medidas provisórias, 541
    - 4.3.10 Medida provisória e decreto-lei, 543
    - 4.3.11 Limites materiais à edição de medidas provisórias – impossibilidade em matéria tributária, matéria penal e reservada à lei complementar, 543
  - 4.4 Lei delegada, 547
    - 4.4.1 Natureza jurídica, 547
    - 4.4.2 Processo legislativo especial da lei delegada, 548
    - 4.4.3 O poder do Congresso Nacional de sustar a lei delegada, 549
  - 4.5 Decreto legislativo, 549
    - 4.5.1 Conceito, 549
    - 4.5.2 Processo legislativo especial previsto para a elaboração do decreto legislativo, 550
    - 4.5.3 Decreto legislativo e tratados e atos internacionais, 550
  - 4.6 Resolução, 553
    - 4.6.1 Conceito, 553

- 4.6.2 Espécies, 553
  - 4.6.3 Processo legislativo especial para a elaboração das resoluções, 553
  - 4.7 Leis orçamentárias, 554
    - 4.7.1 Processo legislativo especial para as leis relativas ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, 555
    - 4.7.2 Possibilidade de apresentação de emendas aos projetos de leis orçamentárias, 556
    - 4.7.3 Rejeição do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do projeto de lei orçamentária, 556
- 12 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, 558
- 1 Idéia central, 558
  - 2 Conceito, 559
  - 3 Pressupostos ou requisitos de constitucionalidade das espécies normativas, 559
    - 3.1 Requisitos formais, 559
      - 3.1.1 Subjetivos, 560
      - 3.1.2 Objetivos, 560
    - 3.2 Requisitos substanciais ou materiais, 560
  - 4 O descumprimento da lei ou do ato normativo inconstitucional pelo poder executivo, 560
  - 5 Espécies de controle de constitucionalidade, 561
    - 5.1 Em relação ao momento de realização, 561
    - 5.2 Controle repressivo em relação ao órgão controlador, 562
      - 5.2.1 Político, 562
      - 5.2.2 Judiciário ou jurídico, 562
      - 5.2.3 Misto, 562
  - 6 Controle preventivo, 562
    - 6.1 Comissões de constituição e justiça, 562
    - 6.2 Veto jurídico, 563
  - 7 Controle repressivo de constitucionalidade, 563
  - 8 Controle repressivo realizado pelo poder legislativo, 564
    - 8.1 Art. 49, V, da Constituição Federal, 564
    - 8.2 Art. 62 da Constituição Federal, 564
  - 9 Controle repressivo realizado pelo poder judiciário, 565
    - 9.1 Difuso ou aberto, 565
      - 9.1.1 Questão do art. 97 – cláusula de reserva de plenário, 566
      - 9.1.2 Controle difuso e Senado Federal (art. 52, X, CF), 567
      - 9.1.3 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle difuso, 569
      - 9.1.4 Controle difuso de constitucionalidade em sede de ação civil pública, 569
      - 9.1.5 Controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo, 572
      - 9.1.6 Supremo Tribunal Federal e controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo, 574
    - 9.2 Controle concentrado ou via de ação direta, 581
  - 10 Ação direta de inconstitucionalidade genérica, 582
    - 10.1 Competência, 582
    - 10.2 Objeto, 582
      - 10.2.1 Conceito de leis e atos normativos, 583
      - 10.2.2 Impossibilidade do controle de constitucionalidade das normas originárias, 585

- 10.2.3 Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal ou estadual em face das constituições estaduais, 585
- 10.2.4 Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal, 586
- 10.2.5 Controle concentrado de lei ou ato normativo distrital em face da Constituição Federal, 587
- 10.2.6 Controle concentrado de lei ou ato normativo anterior à Constituição Federal, 587
- 10.2.7 Controle concentrado e respeito à legalidade, 587
- 10.2.8 Tratados internacionais e controle de constitucionalidade, 588
- 10.2.9 Controle de constitucionalidade e decretos, 589
- 10.3 Legitimação, 590
  - 10.3.1 Adin e pertinência temática, 590
  - 10.3.2 Adin e entidades de classe ou confederações sindicais, 591
  - 10.3.3 Partidos políticos com representação no Congresso Nacional, 592
  - 10.3.4 Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, 592
- 10.4 Finalidade da ação direta de inconstitucionalidade, 593
- 10.5 Pedido de cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade, 593
- 10.6 Ação direta de inconstitucionalidade e prazo decadencial, 595
- 10.7 Advogado-Geral da União, 595
- 10.8 Procedimento, 596
- 10.9 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle concentrado, 599
  - 10.9.1 Reclamações e garantia da eficácia das decisões do STF em sede de ação direta de inconstitucionalidade, 602
- 11 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 604
- 12 Ação de inconstitucionalidade por omissão, 605
  - 12.1 Finalidade, 605
  - 12.2 Objeto, 606
  - 12.3 Inconstitucionalidade por omissão, 606
    - 12.3.1 Legitimidade e procedimento, 607
  - 12.4 Decisão do Supremo Tribunal Federal, 607
  - 12.5 Adin por omissão e medida liminar, 608
- 13 Ação declaratória de constitucionalidade, 608
  - 13.1 Previsão, 608
  - 13.2 Finalidade, 609
  - 13.3 Legitimidade, 610
  - 13.4 Objeto, 610
  - 13.5 Procedimento e julgamento, 611
  - 13.6 Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal, 615
- 14 Arguição de descumprimento de preceito fundamental, 616
  - 14.1 Arguição de descumprimento de preceito fundamental preventiva e repressiva, 618
  - 14.3 Arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação, 620
- 13 DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS, 621
  - 1 Estado de defesa e estado de sítio, 621
    - 1.1 Quadro comparativo: estado de defesa e estado de sítio, 622
  - 2 Forças armadas, 625
  - 3 Segurança pública, 626
- 14 ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA, 629
  - 1 Dos princípios gerais da atividade econômica, 629

- 2 Da política urbana, 631
  - 2.1 Competência para estabelecimento de políticas de desenvolvimento urbano, 631
  - 2.2 Usucapião constitucional de área urbana, 631
- 3 Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, 631
  - 3.1 Preceitos da política agrícola, 631
  - 3.2 Destinação das terras públicas e devolutas, 632
  - 3.3 Reforma agrária, 633
  - 3.4 Usucapião constitucional de área rural, 634
- 4 Do sistema financeiro nacional, 634

## 15 ORDEM SOCIAL, 636

- 1 Seguridade social, 636
  - 1.1 Parte geral, 636
    - 1.1.1 Conceito, 636
    - 1.1.2 Objetivos, 637
  - 1.2 Saúde, 637
    - 1.2.1 Conceito, 637
    - 1.2.2 Diretrizes e preceitos constitucionais relacionados à saúde, 638
    - 1.2.3 Atribuições constitucionais do Sistema Único de Saúde, 638
  - 1.3 Previdência social, 639
    - 1.3.1 Plano de previdência social, 639
    - 1.3.2 Regras sobre aposentadoria, 640
    - 1.3.3 Regra de transição de aposentadoria voluntária integral e proporcional, 641
    - 1.3.4 Regra de transição para professor, 642
    - 1.3.5 Regime de previdência privada de caráter complementar, 642
  - 1.4 Assistência social, 643
- 2 Educação, cultura e desporto, 643
  - 2.1 Educação, 643
    - 2.1.1 Conceito, 643
    - 2.1.2 Princípios constitucionais do ensino, 644
    - 2.1.3 Objetivos constitucionais da educação (art. 214 da CF), 645
    - 2.1.4 Universidades, 645
    - 2.1.5 Preceitos constitucionais sobre a educação, 645
    - 2.1.6 Organização dos sistemas de ensino, 646
    - 2.1.7 Aplicação obrigatória de recursos à educação, 646
  - 2.2 Cultura, 647
  - 2.3 Desporto, 647
    - 2.3.1 Preceitos constitucionais, 647
    - 2.3.2 Justiça desportiva, 648
- 3 Ciência e tecnologia, 648
- 4 Comunicação social, 648
- 5 Meio ambiente, 650
  - 5.1 Constituição e proteção ao meio ambiente, 650
  - 5.2 Regras constitucionais específicas sobre meio ambiente, 652
- 6 Família, criança, adolescente e idoso, 653
  - 6.1 Conceituação, 653
  - 6.2 Regras de regência das relações familiares, 654
    - 6.2.1 Princípio da paternidade responsável e exame do DNA, 655
  - 6.3 Tutela das crianças e dos adolescentes, 656
  - 6.4 Tutela aos idosos, 657
- 7 Índios, 657

- Anexo A – *Quadro comparativo dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias individuais e coletivos*, 659
- Anexo B – *Quadro comparativo dos direitos sociais*, 685
- Anexo C – *Quadro comparativo das prerrogativas populares (nacionalidade, cidadania e soberania)*, 697
- Anexo D – *Quadro comparativo do processo legislativo*, 743
- Anexo E – *Quadro comparativo da reforma administrativa – EC nº 19/98*, 769
- Bibliografia*, 785
- Índice remissivo*, 797